

Desenvolvimento de produtos técnicos na vigilância em saúde: implicações práticas de um egresso do Programa de Mestrado Profissional

Development of technical products in health surveillance: practical implications of a graduate from the Professional Masters Program

Desarrollo de productos técnicos en vigilancia de la salud: implicaciones prácticas de un graduado de la Maestría Profesional

Louana Theisen

Mestre. Egressa do Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família (PROFSAÚDE) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Analista em Saúde. Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil;
E-mail: louanath@yahoo.com.br; ORCID: 0009-0007-8202-4127

Maurício Polidoro

Doutor. Professor Associado. Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Porto Alegre. Porto Alegre, RS, Brasil;
E-mail: mauricio.polidoro@poa.ifrs.edu.br; ORCID: 0000-0002-7278-0718

Contribuição dos autores:
Contribuição de cada autor: LT contribuiu para o delineamento do estudo, a coleta e análise dos dados, organização das informações, escrita e revisão final do manuscrito. MP atuou como orientador e supervisor da pesquisa, auxiliando em todas as etapas, inclusive na revisão final do manuscrito. Ambos se responsabilizam pelo conteúdo do artigo.

Conflito de interesses: Os autores declaram não possuir conflito de interesses.

Fontes de financiamento:
Próprio.

Recebido em: 19/03/2025

Aprovado em: 10/01/2026

Editor responsável: Julio César Schweickardt

Resumo: Este relato de experiência descreve o processo de elaboração, validação e aplicação de três produtos técnicos desenvolvidos no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família (PROFSAÚDE), voltados ao fortalecimento da vigilância do óbito em uma região de saúde do Rio Grande do Sul: um Informe Epidemiológico Regional mensal, uma Nota Técnica de apoio à vigilância do óbito fetal e uma Carta de Recomendação intersetorial. Os produtos foram construídos a partir da análise de indicadores de mortalidade, documentos de gestão e oficinas técnicas com equipes municipais, gestores e membros do Comitê Regional, passando por etapas de uso piloto, ajustes e institucionalização em espaços formais de gestão interfederativa. Como resultado, observou-se sua incorporação à rotina regional, com padronização de fluxos de investigação, ampliação da disponibilidade de informações qualificadas para a tomada de decisão e fortalecimento das discussões nos colegiados de gestão. Destacam-se o uso sistemático do informe em reuniões técnicas e de pactuação, a adoção da nota técnica como apoio técnico e o reconhecimento institucional da carta de recomendação por órgãos federais, contribuindo para o debate sobre equidade e qualificação dos registros vitais. Entretanto, o processo evidenciou limites relacionados à sobrecarga das equipes, barreiras tecnológicas e incompletude dos registros. A experiência evidencia o potencial dos produtos técnicos oriundos da pós-graduação profissional para qualificar práticas, processos de trabalho e decisões em saúde, ao mesmo tempo em que explicita desafios para sua consolidação.

Palavras-chave: Gestão em Saúde; Vigilância em Saúde; Sistemas de Informação em Saúde; Mortalidade Fetal.

Abstract: This experience report describes the development, validation, and implementation process of three technical products created within the scope of the Professional Master's Program in Family Health (PROFSAÚDE), aimed at strengthening mortality surveillance in a health region of Rio Grande do Sul, Brazil: a monthly Regional Epidemiological Bulletin, a Technical Note supporting fetal mortality surveillance, and an intersectoral Letter of Recommendation. The products were developed based on the analysis of mortality indicators, management documents, and technical workshops involving municipal teams, managers, and members of the Regional Committee, and underwent stages of pilot use, refinement, and

institutionalization within formal intergovernmental management forums. As a result, their incorporation into the regional routine was observed, including the standardization of investigation workflows, expanded availability of qualified information for decision-making, and strengthening of discussions within management bodies. Noteworthy outcomes include the systematic use of the bulletin in technical and consensus-building meetings, the adoption of the technical note as a support tool, and the institutional recognition of the letter of recommendation by federal agencies, contributing to the debate on equity and the qualification of vital records. However, the process also revealed limitations related to team overload, technological barriers, and incomplete records. This experience demonstrates the potential of technical products derived from professional postgraduate education to improve practices, work processes, and health-related decision-making, while also highlighting challenges to their consolidation.

Keywords: Health Management; Health Surveillance; Health Information Systems; Fetal Mortality

Resumen: Este relato de experiencia describe el proceso de elaboración, validación e implementación de tres productos técnicos desarrollados en el marco del Programa de Máster Profesional en Salud de la Familia (PROFSAÚDE), orientados al fortalecimiento de la vigilancia de la mortalidad en una región sanitaria del estado de Rio Grande do Sul, Brasil: un Boletín Epidemiológico Regional mensual, una Nota Técnica de apoyo a la vigilancia de la mortalidad fetal y una Carta de Recomendación intersectorial. Los productos se construyeron a partir del análisis de indicadores de mortalidad, documentos de gestión y talleres técnicos con equipos municipales, gestores y miembros del Comité Regional, pasando por etapas de uso piloto, ajustes e institucionalización en espacios formales de gestión intergubernamental. Como resultado, se observó su incorporación a la rutina regional, con la estandarización de los flujos de investigación, la ampliación de la disponibilidad de información cualificada para la toma de decisiones y el fortalecimiento de los debates en los órganos colegiados de gestión. Destacan el uso sistemático del boletín en reuniones técnicas y de concertación, la adopción de la nota técnica como apoyo técnico y el reconocimiento institucional de la carta de recomendación por parte de

organismos federales, contribuyendo al debate sobre la equidad y la mejora en la calidad de los registros vitales. No obstante, el proceso evidenció limitaciones relacionadas con la sobrecarga de los equipos, las barreras tecnológicas y la incompletitud de los registros. La experiencia pone de manifiesto el potencial de los productos técnicos derivados del posgrado profesional para cualificar las prácticas, los procesos de trabajo y la toma de decisiones en salud, al tiempo que explicita los desafíos para su consolidación.

Palabras clave: Gestión en Salud; Vigilancia en Salud; Sistemas de Información en Salud; Mortalidad Fetal.

INTRODUÇÃO

O panorama atual da Saúde Pública destaca a importância de estruturar estratégias integradas e implementar políticas eficazes para aprimorar continuamente a saúde em nível mundial. Este cenário exige avançar por uma visão mais ampla e positiva da saúde, articulada à qualidade de vida, à análise conjunta dos fatores determinantes e à promoção da saúde com foco na população e em ações intersetoriais, buscando reduzir iniquidades com políticas públicas e intervenções adequadas.¹⁻⁴ Nesse contexto, a vigilância em saúde assume papel relevante ao articular informação, planejamento e ação, contribuindo para a formulação de respostas mais adequadas às necessidades dos territórios.

A vigilância do óbito materno, infantil e fetal integra esse campo estratégico ao permitir a identificação das circunstâncias de falhas assistenciais, vulnerabilidades territoriais, oferecendo subsídios e oportunidades de prevenção⁵. Contudo, a efetividade desse processo depende da disponibilidade de informações qualificadas, da existência de fluxos padronizados de investigação e da articulação contínua entre equipes técnicas, gestores e instâncias colegiadas. Na ausência desses elementos, a vigilância acaba se limitando à mera produção de dados, com impacto reduzido sobre os processos decisórios.

No cotidiano dos serviços de saúde brasileiros, persistem alguns desafios relacionados à fragmentação de Sistemas de Informação em Saúde (SIS), à baixa completude de variáveis fundamentais e à heterogeneidade dos

processos de trabalho entre os municípios.^{6,7} Tais limitações dificultam a análise sistemática dos óbitos em geral e reduzem o potencial da vigilância como um instrumento de gestão e qualificação do cuidado.

Sob uma perspectiva operacional, a saúde coletiva se configura como um processo contínuo de construção e transformação, pautado essencialmente pelos seus impactos concretos sobre a realidade sanitária.⁸ Contudo, no cenário científico e prático brasileiro, a literatura aponta limitações do modelo biomédico historicamente predominante na formação em saúde, sobretudo quanto à sua capacidade de responder às demandas complexas e intersetoriais do Sistema Único de Saúde (SUS).⁹ Assim, evidencia-se a necessidade de processos formativos que contemplem a crescente demanda por ações voltadas à formação de profissionais e ao aperfeiçoamento do campo prático, promovendo maior alinhamento com as reais necessidades dos usuários e do SUS.¹⁰

Nesse sentido, os programas de pós-graduação profissional em saúde são reconhecidos, no âmbito das políticas de formação, como espaços voltados à elaboração de soluções aplicadas aos desafios dos serviços.^{11,12} Esses cursos são regulamentados por normativas do Ministério da Educação e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que reconhecem sua relevância social, científica e tecnológica.¹²

A proposta metodológica do programa Mestrado Profissional em Saúde da Família (PROFSAÚDE) visa capacitar profissionais de saúde para desempenharem funções em ensino, preceptoria, gestão, pesquisa e formação dentro do SUS. Como parte do trabalho de conclusão, o programa propõe a elaboração de um Produto Técnico (PT), integrado às reflexões e discussões sobre a prática profissional dos mestrandos, com o objetivo de solucionar problemas específicos nos contextos de atuação. A construção de PTs no âmbito desses programas permite articular conhecimento científico, prática profissional e gestão, com foco na resolução de problemas concretos dos territórios.

Neste contexto, o presente relato de experiência tem como objetivo descrever o desenvolvimento, a validação e a aplicação de produtos técnicos voltados à vigilância do óbito materno, infantil e fetal em uma região de

saúde do Rio Grande do Sul, destacando suas contribuições práticas, metodológicas e institucionais, bem como os limites encontrados no processo. A experiência foi desenvolvida no âmbito do programa de pós-graduação *stricto sensu*, PROFSAÚDE, rede nacional formada por 56 instituições públicas de ensino superior, coordenada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).¹³

Os produtos técnicos foram concebidos com o propósito de estruturar ferramentas alinhadas à gestão do SUS, orientadas à qualificação da produção, análise e compartilhamento de informações relevantes no âmbito da vigilância do óbito. A qualificação da informação em saúde é reconhecida como elemento central para a tomada de decisões informadas, permitindo que os gestores identifiquem e abordem vulnerabilidades locais de maneira eficaz. Além disso, o uso de tecnologias adequadas pode aprimorar os processos de trabalho, tornando a gestão dos serviços de saúde mais eficiente e justa, aprimorando sua capacidade de resposta às demandas epidemiológicas e sociais da população.

METODOLOGIA

Um dos objetivos da Saúde Pública é o estudo do processo saúde-doença e sua compreensão como elementos dinâmicos e interligados e, neste sentido a vigilância do óbito faz parte deste processo.¹⁴⁻¹⁶ A vigilância dos óbitos consiste na coleta contínua e sistemática de dados relativos às causas e às circunstâncias das mortes, objetivando aprimorar a compreensão do processo saúde-doença, identificar óbitos evitáveis e mudanças nos fatores determinantes e condicionantes da saúde, tanto no âmbito individual como coletivo, produzindo informações essenciais para a formulação de recomendações e implementação de estratégias de prevenção.^{17,18}

Assim, este relato de experiência explora a estruturação, a validação, a aplicação e a contribuição de três PTs desenvolvidos no âmbito do PROFSAÚDE, voltados ao fortalecimento da vigilância do óbito materno, infantil e fetal e a gestão da saúde no território. A organização desses produtos foi parte integrante do Trabalho de Conclusão do Mestrado (TCM) profissional e elaborada com base nas realidades do território e no cotidiano dos serviços de saúde.

Quanto ao problema do campo de prática abordado no TCM, questionou-se quais indicadores de saúde e de vulnerabilidade da 28ª Região de Saúde do Rio Grande do Sul estabeleciam relação com a mortalidade fetal. O olhar foi direcionado para a descrição do perfil epidemiológico dos óbitos fetais entre 2011 e 2021, investigando este desfecho e buscando oferecer uma interpretação mais precisa e relevante sobre as questões relacionadas às vulnerabilidades no acesso e à qualidade da assistência no contexto do planejamento familiar e do ciclo gravídico-puerperal.

Os produtos foram desenvolvidos no contexto da vigilância do óbito da 28ª Região de Saúde do Rio Grande do Sul, composta por 13 municípios. Destinaram-se à utilização pelas equipes municipais e gestores, com o intuito de aprimorar a identificação, a análise e a resposta às causas de mortalidade, contribuindo para a adoção de abordagens mais eficazes de prevenção e intervenção.

O período de busca e análise epidemiológica no Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) compreendeu os anos de 2011 a 2021, enquanto a implementação dos PTs com a realização de oficinas técnicas com equipes municipais, gestores e membros do Comitê Regional de Prevenção e Enfrentamento da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal ocorreu entre 2023 e 2024.

Quanto ao processo de desenvolvimento e validação dos PTs - Nota Técnica e Informe - o mesmo ocorreu em cinco etapas: elaboração inicial dos instrumentos com base em normativas nacionais; discussão e validação em oficinas técnicas regionais; uso piloto nos municípios; ajustes a partir das devolutivas das equipes; e institucionalização dos produtos em reuniões da Comissão Intergestores Regional (CIR) e do Comitê Regional. Esse percurso envolveu a participação de diferentes atores institucionais e a realização de ajustes sucessivos nos instrumentos ao longo do processo de validação. A Carta de Recomendação foi elaborada a partir da análise de bases de dados utilizadas na vigilância do óbito fetal, considerando lacunas identificadas nos instrumentos oficiais de registro.

No Quadro 1 são apresentadas as principais características, potencialidades

e impactos resultantes da implementação dos PTs descritos, destacando sua contribuição para o aprimoramento das práticas em saúde e para a efetividade das intervenções no contexto assistencial.

Quadro 1. Produtos técnicos desenvolvidos pela autora egressa no Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família (PROFSAÚDE), 2024.

Produto Técnico (PT)	Objetivo	Público-alvo	Características
Informe da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal para os municípios da 28ª Região de Saúde/RS e Coordenação Regional	Compreender o fenômeno do óbito fetal na perspectiva do território e das determinações de saúde da região; Qualificar os Comitês de ações de prevenção ao óbito Materno, Infantil e Fetal em nível dos municípios da região, assim como em nível regional; Produzir devolutivas diretas para gestores e profissionais de saúde em encontros técnicos da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde e reunião de Comissão Intergestores Regional; Qualificar os processos de planejamento e gestão através da vigilância contínua dos indicadores de saúde locais.	Coordenação Regional, Gestores municipais, E equipes técnicas municipais de vigilância do óbito e Comitês de prevenção do óbito.	Atualizado mensalmente em trabalho conjunto com a Política de Saúde da Criança da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. Validado, distribuído e discutido em Reunião mensal de CIR e Reunião Bimensal do Comitê Regional de Prevenção e Enfrentamento da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal; Utilizado no apoio à Pactuação Bipartite de Metas para os anos de 2024 a 2027, no âmbito regional.
Nota Técnica de apoio à vigilância do óbito fetal	Facilitar o processo de vigilância e investigação dos óbitos; Qualificar os Comitês de ações de prevenção ao óbito Materno, Infantil e Fetal em nível dos municípios da região, assim como em nível regional; Produzir mudanças nos processos de trabalho, focando na interdisciplinaridade das ações e qualificando as ações de toda a rede	Profissionais das equipes municipais de vigilância do óbito, atenção à saúde e membros dos comitês de prevenção	Construção baseada em diretrizes nacionais; Oficinas de validação com municípios; Reúne as principais informações sobre a Vigilância do Óbito Fetal; Promove suporte e otimiza os fluxos de investigação e envio de informações da região em nível regional, estadual e federal;

	<p>materno-paterno-infantil; Proporcionar a reflexão sobre o tema e estimular mais estudos sobre este importante problema de saúde pública em outras regiões; Produzir devolutivas diretas para gestores e profissionais de saúde em encontros técnicos da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde e reunião de Comissão Intergestores Regional.</p>		<p>Apoia o monitoramento dos indicadores locais.</p>
<p>Carta de Recomendação</p>	<p>Facilitar o processo de vigilância de vulnerabilidades; Produzir mudanças efetivas nos processos de trabalho, garantindo a equidade; Apoiar políticas e práticas que promovam a equidade, garantindo acesso igualitário aos serviços de saúde, reduzindo o viés racial na assistência médica; Fortalecer a assistência e a segurança das mulheres durante a gestação, parto e pós-parto. Proporcionar a reflexão sobre o tema; Estimular mais estudos sobre este importante problema de saúde pública em outras regiões; Produzir devolutivas diretas para gestores.</p>	<p>Ministério da Saúde, Ministério da Igualdade Racial e Ministério das Mulheres.</p>	<p>Carta de Recomendação informando a falta do critério raça/cor da mãe nos campos do Bloco IV da Declaração de Óbito e a importância deste critério na identificação de desigualdades e a implementação de ações afirmativas; Recomenda ao Ministério da Saúde - MS, ao Ministério da Igualdade Racial – MIR e ao Ministério das Mulheres ações integradas para a inclusão do critério raça/cor da mãe no documento oficial de Declaração de Óbito (DO) – Bloco fetal ou menor de um ano, em campo destinado às informações sobre a mãe; Submissão via Fala BR.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

RESULTADOS

Os Produtos Técnicos desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Saúde da Família foram implementados progressivamente na rotina da vigilância em saúde da 28ª Região de Saúde do Rio Grande do Sul, sendo incorporados aos processos de trabalho das equipes municipais, da coordenação regional, do Comitê Regional e dos espaços formais de gestão interfederativa regional. A implementação ocorreu de forma articulada, respeitando as especificidades dos municípios e os fluxos institucionais já existentes.

De modo geral no âmbito prático observou-se a incorporação dos produtos às atividades regulares da vigilância do óbito materno, infantil e fetal, com ampliação da disponibilidade de informações sistematizadas para subsidiar discussões técnicas e decisões de gestão.

Entre os efeitos observados durante o período de implementação, destacam-se: a utilização regular do Informe Epidemiológico Regional como subsídio para análise de indicadores, pactuação de metas e acompanhamento de tendências da mortalidade; a adoção da Nota Técnica como referência para organização e padronização dos fluxos de investigação do óbito fetal; e a ampliação do debate intersetorial sobre o preenchimento do quesito raça/cor na Declaração de Óbito, a partir da elaboração e encaminhamento da Carta de Recomendação.

No entanto, o processo de implementação também evidenciou tensões e desafios, tais como a elevada carga de trabalho das equipes técnicas, a alta rotatividade de profissionais previamente capacitados, a heterogeneidade dos fluxos operacionais entre os municípios, limitações tecnológicas para o registro e a integração dos sistemas de informação, além de resistências institucionais à mudança de processos consolidados.

A incorporação dos produtos ocorreu prioritariamente no âmbito regional, com repercussões institucionais nos municípios participantes e com potencial de ampliação para outras instâncias do sistema de saúde. Na Figura 1, é descrito o fluxo de desenvolvimento, validação, implementação e resultados dos PTs elaborados.

Figura 1. Produtos Técnicos desenvolvidos na Vigilância do Óbito Materno, Infantil e Fetal¹



Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, são apresentadas as principais características da implementação de cada um dos PTs descritos no Quadro 1, destacando sua contribuição para o aprimoramento das práticas em saúde e para a efetividade das intervenções no contexto assistencial.

Informe da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal para os municípios da 28ª Região de Saúde e Coordenação Regional

Ao ser desenvolvido em colaboração com a Política de Saúde da Criança, atualizado mensalmente e produzido com as características individuais de cada município da região, ele assegura que as informações e diretrizes estejam alinhadas com as necessidades atuais. Com dados mais precisos e atualizados, se faz possível desenvolver políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

Voltado a gestores municipais e coordenadores da Vigilância do Óbito, o produto promove a troca eficiente de informações e apoia a tomada de decisões informadas, contribuindo para a qualificação dos serviços de saúde ofertados à população. A distribuição e discussão do produto em reuniões mensais e bimensais promovem a colaboração entre os municípios, fortalecendo a rede de saúde regional.

O uso sistemático do Informe permite a visualização conjunta dos indicadores regionais e municipais, favorecendo a identificação de variações territoriais, tendências temporais e situações que demandam aprofundamento das investigações e atenção especial.

¹Fluxo de desenvolvimento e articulação dos produtos técnicos elaborados no âmbito do Mestrado Profissional em Saúde da Família (PROFSAÚDE), compreendendo o Informe Epidemiológico Regional, a Nota Técnica sobre Óbito Fetal e a Carta de Recomendação Intersetorial, voltados ao fortalecimento da vigilância do óbito materno, infantil e fetal e ao apoio à gestão e à tomada de decisão em nível regional.

O produto também foi utilizado como subsídio para a Pactuação Bipartite de Metas entre o Estado do Rio Grande do Sul e os municípios, no período de 2024 a 2027, contribuindo para a definição de objetivos claros e mensuráveis, o que pode resultar em ações futuras mais eficazes na prevenção de óbitos maternos, infantis e fetais.

Nota Técnica de apoio à vigilância do óbito fetal

A Nota Técnica desenvolvida, embora não represente uma inovação em si, constitui um instrumento de significativa utilidade e aplicabilidade para os serviços de saúde. Além de atuar como ferramenta metodológica de apoio à vigilância, contribui para a análise contínua dos processos de trabalho, permitindo a identificação de lacunas, falhas e a proposição de soluções para desafios operacionais enfrentados na vigilância do óbito fetal.

Entre as principais fortalezas desse PT, destaca-se a necessidade de instrumentos de apoio mais objetivos, acessíveis e de fácil aplicabilidade. Além disso, o documento possibilita a inclusão de variáveis relevantes relacionadas à vulnerabilidade social, que não são contempladas no SIM federal, ampliando a capacidade analítica das equipes de vigilância.

Durante o período de uso, as equipes relataram maior clareza quanto às etapas do processo de vigilância, bem como maior uniformidade nos procedimentos adotados entre os municípios. Observou-se, ainda, a utilização do instrumento como material de apoio em atividades de orientação técnica e capacitação das equipes locais.

Entretanto, algumas limitações e desafios foram identificados durante sua elaboração. Entre eles destacam-se a dificuldade de obter informações mais abrangentes para a construção de um instrumento completo, a ausência de dados essenciais nas Declarações de Óbito e a baixa completude das informações registradas nesse documento. Somam-se a estes aspectos as dificuldades operacionais relacionadas à sobrecarga de trabalho das equipes e às diferenças estruturais existentes entre os municípios.

Carta de Recomendação

A Carta de Recomendação foi elaborada e encaminhada a órgãos federais com o objetivo de registrar institucionalmente a ausência do campo raça/cor

materna na Declaração de Óbito Fetal e de fomentar o debate sobre equidade na produção da informação em saúde. O encaminhamento ocorreu por meio da Plataforma Fala BR, gerando respostas formais do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério da Saúde.

Quanto às respostas obtidas a esta submissão, o Ministério da Igualdade Racial destaca que a sugestão está alinhada ao disposto no Estatuto da Igualdade Racial e aos compromissos assumidos pelo Ministério da Saúde com a saúde da população negra¹⁹ Destacam que é necessário aprimorar a qualidade dos SIS, por meio da inclusão do quesito cor em todos instrumentos de coleta de dados e que “as informações e sugestões trazidas pela população são sempre bem-vindas e contribuem com subsídios para a formulação, implementação e monitoramento das políticas de ações afirmativas deste Ministério.”^{19:4}

Em relação ao Ministério da Saúde, informam que a partir da necessidade de modernização dos sistemas de informação, há também uma demanda urgente pela implementação de formulários eletrônicos para as declarações de nascidos vivos e de óbitos, estando em curso o desenvolvimento de um novo Programa que tem por premissas²⁰:

Ser baseado no indivíduo por meio de um identificador único (CPF e ou CNS), com a ficha de notificação unificada para todos os agravos/doenças; padronização dos campos comuns (CMD); uso de terminologias padronizadas e modernas; e permitir a emissão das declarações de nascido vivo e de óbito de forma eletrônica, garantindo a segurança da informação e minimizando possibilidades de fraudes, além de possibilitar a integração com sistemas locais; e fortalecer a integração com a Rede nacional de Dados em Saúde (RNDS) e entre sistemas de outros setores.²⁰

A resposta do Ministério da Saúde acresce ainda que a sugestão enviada contribui no sentido de reforçar o compromisso de manter a qualidade dos atendimentos prestados à população e que é gratificante para todos que fazem parte do SUS receber manifestações como esta, pois auxiliam na construção de um Sistema Único de Saúde mais justo, eficiente, inclusivo e ágil.²⁰

As respostas reconheceram a pertinência da manifestação e indicaram que a demanda apresentada está alinhada às normativas vigentes e aos processos

em curso de modernização dos SIS. O produto passou a ser utilizado como referência para discussões regionais sobre equidade, vigilância de vulnerabilidades e qualificação dos registros vitais.

DISCUSSÃO

A experiência analisada evidencia que a produção de produtos técnicos no âmbito da pós-graduação profissional pode atuar como um elo concreto entre a formação acadêmica e as demandas cotidianas dos serviços de saúde. Ao priorizar a resolução de problemas reais dos territórios, o mestrado profissional favorece a articulação entre conhecimento científico, prática institucional e gestão, criando condições para induzir mudanças nos processos de trabalho e qualificar as ações desenvolvidas no SUS.

Evidências indicam que uma parcela significativa dos egressos dos programas de mestrado e doutorado acadêmicos, especialmente na área da Saúde Coletiva, é composta por profissionais técnicos já inseridos no sistema de saúde, cuja motivação principal é a aquisição de conhecimentos aplicáveis à prática profissional.² Nesse contexto, os produtos técnicos desenvolvidos no âmbito do mestrado profissional têm o potencial de impactar diretamente a organização, a gestão e a qualificação do cuidado nos territórios de atuação, promovendo inovações nos processos assistenciais e fortalecendo a efetividade das intervenções em saúde pública.

No campo da pós-graduação *stricto sensu*, os produtos técnicos e tecnológicos têm sido compreendidos como resultados aplicados do processo formativo, materializados em instrumentos, métodos ou dispositivos capazes de responder a demandas institucionais concretas.²¹ No contexto analisado, os produtos desenvolvidos não se restringiram a objetos formais de conclusão de curso, mas foram incorporados às rotinas da vigilância e da gestão, evidenciando seu potencial de uso continuado e de impacto sobre a organização dos serviços.

Os resultados observados corroboram evidências nacionais que apontam a vigilância do óbito como um processo que extrapola a dimensão meramente informacional, assumindo papel fundamental na organização do cuidado e na redução de desigualdades em saúde.^{6,7,22} A incorporação dos produtos à rotina regional favoreceu a padronização de fluxos, a ampliação da

transparência dos indicadores e a qualificação dos espaços colegiados de gestão, aspectos reconhecidos na literatura como essenciais para a efetividade das políticas públicas em saúde.

A elaboração do Informe Epidemiológico Regional, da Nota Técnica e da Carta de Recomendação evidenciam o potencial dos produtos técnicos como ferramentas operacionais capazes de traduzir o conhecimento científico em práticas concretas no cotidiano dos serviços. Esses achados reforçam que a produção técnica, quando construída de forma colaborativa e validada em serviço, pode atuar como dispositivo de mediação entre vigilância, gestão e atenção, ampliando a capacidade de resposta dos territórios às demandas epidemiológicas e sociais.

No caso da Nota Técnica, sua utilização contribuiu para a qualificação metodológica da vigilância do óbito fetal, promovendo maior uniformidade nos processos investigativos e ampliando a capacidade analítica das equipes ao incorporar variáveis relacionadas às vulnerabilidades sociais. Essa experiência reforça achados de estudos que evidenciam a necessidade de superar limitações dos sistemas nacionais de informação, especialmente no que diz respeito à baixa completude dos dados e à sensibilidade de captar desigualdades estruturais.^{6,7}

A Carta de Recomendação, por sua vez, evidencia a dimensão política da vigilância em saúde ao tensionar lacunas institucionais na produção da informação, particularmente no que se refere ao registro do quesito raça/cor. A resposta dos órgãos federais sinaliza reconhecimento da pertinência da demanda e reforça o alinhamento da iniciativa com normativas vigentes e com processos em curso de modernização dos sistemas de informação. Tal movimento reafirma a vigilância como campo de produção de evidências para a promoção da equidade e para o enfrentamento das desigualdades raciais em saúde.^{3,4}

Diferentemente de abordagens estritamente acadêmicas, a produção de produtos técnicos no mestrado profissional mostrou-se capaz de gerar soluções aplicáveis, incorporadas aos processos de trabalho e reconhecidas pelas instâncias de gestão.^{11,12} Essa característica reforça o papel estratégico da pós-graduação profissional na qualificação do Sistema Único de Saúde.

Os limites identificados no processo, como sobrecarga das equipes, rotatividade de profissionais, as barreiras tecnológicas e as resistências institucionais, são consistentes com desafios descritos na literatura sobre a implementação de estratégias de vigilância em contextos descentralizados.^{6,7} Esses aspectos podem comprometer a efetividade da vigilância, dificultando a implementação de medidas preventivas e a qualificação das ações voltadas à redução da mortalidade e reforçam a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura, qualificação profissional e integração entre os pontos da rede de atenção e da vigilância.

Em uma pesquisa que examina a produção técnica e tecnológica realizada nos Mestrados Profissionais em Saúde Coletiva, constata-se que, embora haja um reconhecimento cada vez maior dos Produtos Técnicos e Tecnológicos, sua consolidação depende de maior suporte institucional, de ajustes nos currículos e de maior reconhecimento nos processos de avaliação da pós-graduação stricto sensu. Isso se deve à permanência de diversos desafios de ordem estrutural, formativa e institucional, que ainda restringem seu avanço e sua aplicação prática.²³

Em nível regional, sugere-se, a partir das observações da aplicabilidade dos PTs o monitoramento regional e a observação dos impactos no que se refere: ao número de municípios que utilizam o Informe nas reuniões; ao percentual de investigações de óbito fetal concluídas oportunamente; à completude de campos essenciais da Declaração de Óbito (causa básica, raça/cor, idade gestacional); à adesão a fluxos padronizados; tendência da mortalidade fetal; à redução de óbitos classificados como evitáveis; à diminuição de desigualdades regionais.

A experiência analisada reforça, portanto, a relevância da pós-graduação profissional como estratégia de fortalecimento do SUS, ao possibilitar que profissionais em exercício transformem desafios cotidianos em soluções institucionais, contribuindo para a qualificação das práticas, da gestão e das políticas públicas em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de produtos técnicos, a partir das reflexões desenvolvidas

durante as atividades do Programa de Mestrado Profissional de Saúde da Família (PROFSAÚDE), constitui-se em uma das principais interfaces entre a produção do conhecimento e as ações em saúde realizadas nos serviços e territórios em que os egressos do programa estão inseridos profissionalmente.

A padronização de fluxos, a sistematização de indicadores e o fortalecimento do diálogo intersetorial, observados a partir da incorporação dos produtos técnicos à rotina regional, contribuíram para ampliar a capacidade analítica das equipes e para qualificar os espaços de decisão. Destaca-se, nesse processo, a relevância da qualificação dos registros vitais e da inclusão de variáveis sensíveis às desigualdades, como raça/cor.

Os produtos técnicos mostraram-se relevantes na vigilância dos óbitos fetais e na análise das vulnerabilidades associadas a esse evento. Sua importância é ainda mais pronunciada no contexto local, onde o planejamento e as intervenções devem ser adaptados às suas condições, levando em consideração as variáveis sociodemográficas, econômicas e a infraestrutura de serviços e recursos disponíveis. Ainda que desenvolvidos em um contexto regional específico, os produtos técnicos apresentam potencial de adaptação a outros territórios, uma vez que se baseiam em normativas nacionais, fluxos institucionais consolidados e desafios recorrentes da vigilância do óbito no SUS.

Os produtos técnicos elaborados no âmbito do Mestrado Profissional em Saúde da Família (PROFSAÚDE) configuram-se como importantes interfaces entre a produção do conhecimento e a prática em saúde, evidenciando o papel da formação profissional na transformação dos processos de trabalho. Ao responder a problemas concretos do território, esses produtos reafirmam o potencial da pós-graduação profissional na indução de inovações organizacionais e metodológicas no SUS.

Embora persistam desafios relacionados às condições de trabalho, às limitações tecnológicas e às resistências institucionais, a experiência demonstra que iniciativas oriundas de programas de mestrado profissional podem impulsionar mudanças significativas nas práticas de vigilância e gestão em saúde. Nesse sentido, o fortalecimento e a consolidação dessa

modalidade formativa configuram-se como estratégias relevantes para a construção de um sistema de saúde mais equitativo, eficiente e responsivo às necessidades da população.

REFERÊNCIAS

1. Leal M do C, de Freitas CM. Cenários possíveis: experiências e desafios do mestrado profissional na saúde coletiva. Editora FIOCRUZ; 2006.
2. Barata RB. Avanços e desafios do mestrado profissionalizante. Em: Leal M do C, de Freitas CM, organizadores. Cenários possíveis: experiências e desafios do mestrado profissional na saúde coletiva [Internet]. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006 [citado 4 fev. 2025]. p. 266-82. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/sp/pdf/leal-9788575412855-14.pdf>
3. Carrapato P, Correia P, Garcia B. Determinante da saúde no Brasil: a procura da equidade na saúde. *Saúde Soc.* 2017;26(3):676-89.
4. Buss PM, Pellegrini Filho A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Rev Saude Colet.* 2007;17(1):77-93.
5. World Health Organization. World Health Organization [Internet]. Maternal and Perinatal Death Surveillance and Response (MPDSR). 2025 [citado 22 dez. 2025]. Disponível em: <https://www.who.int/teams/maternal-newborn-child-adolescent-health-and-ageing/maternal-health/maternal-and-perinatal-death-surveillance-and-response>
6. Carvalho-Sauer R, Costa M da CN, Teixeira MG, Flores-Ortiz R, Leal JT de FM, Saavedra R, et al. Maternal and perinatal health indicators in Brazil over a decade: assessing the impact of the COVID-19 pandemic and SARS-CoV-2 vaccination through interrupted time series analysis. *Lancet Reg Health Am.* 2024; 35:100774.
7. da Rocha JBF, Bezerra IMP, Oliveira EK da S, Sena ABE, Leitão FNC, de Abreu LC. Tendência espaço-temporal da mortalidade fetal no Brasil, 1996–2021. *Rev. Saúde Publica.* 2025;59:e235629.
8. Paim JS, de Almeida Filho N. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? *Rev. Saúde Publica.* 1998;32(4):299-316.
9. Agostinho Neto J, Cavalcante PS, da Silva Filho JD, dos Santos FD, Maia AMPC, Simião AR. O ensino da saúde coletiva no Brasil: uma revisão integrativa. *Saúde Debate.* 2022;46(spe6):281-97.
10. Batista KBC, Gonçalves OSJ. Formação dos profissionais de saúde para o SUS: significado e cuidado. *Saúde Soc.* 2011;20(4):884-99.
11. Brasil. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria no 389, de 23 de março de 2017. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Brasília: Ministério da Educação. Gabinete do Ministro; 2017.
12. Brasil. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria no 60, de 20 de março de 2019. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Brasília: Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; 2019.
13. PROFSAÚDE/FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. Mestrado Profissional em

- Saúde da Família. Sobre o programa [Internet]. <https://profsaude-abrasco.fiocruz.br/>. 2025 [citado 4 fev. 2025]. Disponível em: <https://profsaude-abrasco.fiocruz.br/>
14. Brasil. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria de Consolidação no 4, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro; 2017.
 15. Brasil. Portaria no 1.378, de 9 de julho de 2013. Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Diário Oficial da União Brasília: Ministério da Saúde; 2013.
 16. Paim JS. Do “Dilema preventivista” a saúde coletiva. Em: Arouca S, organizador. O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2003. p. 151-6.
 17. Brasil. Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal [Internet]. 2ª ed. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, organizadores. Vol. 1. Brasília: Ministério da Saúde; 2009 [citado 24 out. 2022]. 96 p. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_obito_infantil_fetal_2ed.pdf
 18. Bittencourt SD de A (Org), Dias MAB, Wakimoto MD. Vigilância do Óbito Materno, Infantil e Fetal e Atuação em Comitês de Mortalidade. 1ª ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2013. 268 p.
 19. Brasil. Manifestação Ouvidoria via Fala BR ao Ministério da Igualdade Racial. Brasília; 2024. Resposta n.: 21291.000709/2024-32.
 20. Brasil. Manifestação de Ouvidoria via Fala BR ao Ministério da Saúde. Brasília; 2024. Resposta n.: 25072.057297/2024-48.
 21. Brasil., Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Produção Técnica [Internet]. Relatório de Grupo de Trabalho. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; 2019 [citado 4 fev. 2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>.
 22. De Carvalho e Araújo CR, Germano Canuto Sales LM, Socorro de Araújo Dias M, Alves Dorneles J, Rodrigues Pinto J, Gonçalves Aragão Rocha L. Evitabilidade do Óbito Materno, Fetal e Infantil: a experiência do Comitê de Mortalidade em Sobral - CE. Sanare Rev. Pol. Públicas. 2022;21(2):110-6.
 23. Pacheco Teixeira C, Silva Torres dos Santos A, Guimarães Monteiro NM, Gutierrez Diaz de Azevedo DP. Produção técnica e tecnológica dos mestrados profissionais na área da Saúde Coletiva: finalidades, contribuições, desafios e estratégias de fortalecimento. Rev. Bras. Pos Grad [Internet]. 2025 [citado 25 dez. 2025];20(41):1-28. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/2502>